

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração da
Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais, em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2016

Os valores correspondentes à data base 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis da cooperativa foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva datada de 12 de agosto de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo/SP, 31 de agosto de 2017.

Edimilson Artilha Vieira
Contador – CRC – SP 280575/O
CNAI 4.726



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRES
ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016**

**COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO
MÚTUO - SICOOB UNIMAIS**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais)

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2017 da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob UniMais, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 29 de junho de 2017 a Sicoob Unimais completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2017, o Sicoob Unimais obteve um resultado de R\$ 3.032 antes das destinações, representando um retorno anual de 8,83% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira e Aplicações somaram R\$ 810.030 e R\$ 858.548 são descritos na tabela abaixo. Por sua vez a carteira de operações de crédito representava R\$ R\$ 7.635.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades	7	18
Aplicações interfinanceiras de liquidez	41.985	103.324
Títulos e valores mobiliários	765.721	765.206
Centralização Financeira	2.317	-
Total	810.030	868.548

4. Repasses Interfinanceiros

Os Repasses Interfinanceiros no total de R\$ 794.377 e R\$ 859.757 respectivamente, apresentaram uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 7,60%.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações por repasses interfinanceiros	794.377	859.757
Total	794.377	859.757

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência da Sicoob Unimais era de R\$ 32.383. O quadro de associados era composto por 9 cooperados, havendo uma redução de 10% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob Unimais adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 100% no nível de risco "A".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa Central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa Central possui uma área de controles internos responsável por coordenar e executar o processo de monitoramento do Controle Interno e reportar ao Conselho de Administração sobre a efetividade dos controles instituídos.

Os balanços da Cooperativa Central são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a cooperativa adota o manual de crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pela confederação SICOOB e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o regimento interno, o regimento do conselho de administração, o regimento do conselho fiscal e o regimento eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração ou da diretoria.

Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Sicoob UniMais aderiram, em 20/06/2017, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pelo Sicoob CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos colaboradores, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Gerenciamento de Risco e de Capital

a. Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional do SicoobUniMais objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

Informações completas sobre o risco operacional encontram-se na nota explicativa 25.1 que faz parte das Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2017.

b. Risco de Mercado e Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SicoobUnimais objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e 4.090/2012.

Informações completas sobre o risco de mercado e liquidez encontram-se na nota explicativa 25.2 que faz parte das Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2017.

c. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SicoobUnimais objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Informações completas sobre o risco de crédito encontram-se na nota explicativa 25.3 que faz parte das Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2017.

d. Gerenciamento de Capital

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SicoobUnimais aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Informações completas sobre gerenciamento de capital encontram-se na nota explicativa 25.4 que faz parte das Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2017.

São Paulo, 30 de junho de 2017.

Dr. Armando Lazzaris Fornari
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Felipe Magalhães Bastos
Vice-presidente do Conselho de Administração

Hugo Rodrigues Ferreira
Diretor Executivo Administrativo

Sandro José Roque Tavares
Diretor Executivo de Desenvolvimento

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS
CNPJ nº 73.085.573/0001-39

Ativo	Nota	30-jun-17	30-jun-16	Passivo e patrimonio líquido	Nota	30-jun-17	30-jun-16
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	7	18	Obrigações por repasses interfinanceiros	12	794.377	859.757
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	21.417	-	Obrigações sociais e estatutárias	13	142	2.887
Títulos e valores mobiliários	6	721.151	720.368	Obrigações fiscais e previdenciárias	14	285	176
Relações interfinanceiras	7	2.317	103.324	Outras obrigações	15	6.142	854
Operações de crédito	8	3.298	4.801				
Outros créditos	9	1.430	1.504	Total do passivo circulante		800.946	863.674
Outros valores e bens	10	111	31				
Total do ativo circulante		749.731	830.046	Não circulante			
Não circulante				Exigível a Longo Prazo			
Realizável a Longo a Prazo				Obrigações sociais e estatutárias	13	64	192
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	20.568	-	Outras obrigações	15	241	265
Títulos e valores mobiliários	6	44.570	44.838	Total do passivo não circulante		305	457
Operações de crédito	8	4.337	4.404				
Outros créditos	9	899	872	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		70.374	50.114	Capital social	18.a	29.814	26.413
Permanente				Reservas de sobras	18.b	1.484	1.476
Investimentos	11.a	15.093	11.747	Sobras do exercício	18.c	3.032	340
Imobilizações de uso	11.b	254	285	Total do patrimônio líquido		34.330	28.229
Intangível	11.c	129	168				
Total do permanente		15.476	12.200				
Total do ativo		835.581	892.360	Total do passivo e do patrimonio líquido		835.581	892.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS
CNPJ nº 73.085.573/0001-39

	<u>30-jun-17</u>	<u>30-jun-16</u>
Ingressos e receitas da intermediação financeira		
Operações de crédito	539	1.178
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	38.428	60.834
	38.967	62.012
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		
Operações de captação no mercado	(40.952)	(61.052)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15)	(82)
	(40.967)	(61.134)
Resultado bruto da intermediação financeira	(2.000)	878
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais		
Ingressos e receitas de prestação de serviços	1.494	101
Dispêndios e despesas de pessoal	(3.633)	(3.418)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(1.364)	(1.656)
Dispêndios e despesas tributárias	(38)	-
Ingressos de depósitos intercooperativos	3.599	-
Outros ingressos e receitas operacionais	5.043	4.051
Outros dispêndios e despesas operacionais	(69)	(19)
	5.032	(941)
Resultado operacional	3.032	(63)
Resultado não operacional		
Receitas não operacionais	-	403
	-	403
Resultado antes da tributação e das participações	3.032	340
Sobras líquidas	3.032	340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIIS

CNPJ nº 73.085.573/0001-39

	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Expansão</u>	<u>Reserva Especial</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2015	28.710	562	824	315	78	30.489
Destinação das sobras exercício anterior						-
Constituição de Reservas	-	-	-	78	(78)	-
(-) Devolução de capital	(2.297)	-	-	-	-	(2.297)
Reversões de reservas	-	-	(146)	(157)	-	(303)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	340	340
Saldos em 30/06/2016	26.413	562	678	236	340	28.229
Saldos em 31/12/2016	28.070	593	674	217	257	29.811
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(257)	(257)
Integralização/subscrição de capital	1.744	-	-	-	-	1.744
Reversões de reservas	-	-	(539)	539	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	3.032	3.032
Saldos em 30/06/2017	29.814	593	135	756	3.032	34.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016		
(Em reais)		
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS		
CNPJ nº 73.085.573/0001-39		
	30/06/2017	30/06/2016
Atividades operacionais		
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	3.032	340
Ajustes por:		
Provisão para operações de crédito	14	-
Depreciações e Amortizações	66	68
	3.112	408
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Títulos e valores imobiliários	(11.929)	3.994
Relações interfinanceiras	60.195	(72.712)
Operações de crédito	(2.920)	10.643
Outros créditos	12.570	(913)
Outros valores e bens	(83)	-
	57.833	(58.988)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Relações interfinanceiras	130.366	97.324
Obrigações sociais e estatutárias	(6.955)	-
Obrigações fiscais e previdenciárias	(151)	-
Outras obrigações	(296)	(99)
	122.964	97.225
Caixa gerado nas operações	183.909	38.645
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aportes de capital em investimento	1.818	(61)
Aquisições de imobilizações de uso	(14)	(9)
Aquisições de ativos intangível e de diferido	(8)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	1.796	(70)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento por novos aportes de capital	1.744	-
Devolução de capital à cooperados	-	(2.297)
Utilização de reservas	-	(303)
Destinação de sobras de exercício anterior em C/C associados	(257)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.487	(2.600)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	187.192	35.975
No início do período (Nota 4)	575.951	687.980
No fim do período (Nota 4)	763.143	723.955
Variação Líquida das Disponibilidades	187.192	35.975
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de Reais)

01 – Contexto operacional

A Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Unimais, é uma cooperativa de crédito central, instituição financeira não bancária, fundada em 22/11/1993, e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

02 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da administração da cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da lei complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa Central incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela administração em 29 de agosto de 2017.

03 – Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2.697/2000 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito (PCLD), as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa Central questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da Confederação do Sicoob e Confederação Unicred.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa Central ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

l) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa Central tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa Central tem por diretriz.

o) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Apuração das sobras e perdas

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% da sobra tributável.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto nº 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

04 – Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades	7	18
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.417	-
Títulos e valores mobiliários	721.151	720.368
Relações interfinanceiras	2.317	103.324
Cheque maiores remetidos a outros bancos	-	3.569
Total	744.892	827.279

05 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. As aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros - CDI apresentam a seguinte posição:

Descrição	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CDI - Banco Sicredi (a)	21.417	20.568	41.985	-
Total	21.417	20.568	41.985	-

(a) Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicredi. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata.

DI - Depósitos Interfinanceiros – Banco Sicredi - BCOB a 101% do CDI. Circulante R\$ 21.417 e Não Circulante R\$ 20.568.

Essas operações produziram para a Cooperativa Central uma receita total de R\$ 1.985 em 30/06/2017.

06 – Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, as aplicações em títulos e valores mobiliários do Sicoob Unimais estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Títulos de renda fixa	-	6.842
Cotas em fundos de investimentos (a)	681.954	666.531
Títulos Dados em Garantia	83.767	52.115
Total	765.721	725.488

(a) Os Títulos e Valores Mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC.

O quadro a seguir demonstra a composição dos Títulos e Valores Mobiliários e a classificação por vencimento.

Descrição	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos de renda fixa	-	-	-	6.842
Cotas em fundos de investimentos	681.954	-	681.954	666.531
Títulos Dados em Garantia	39.197	44.570	83.767	52.115
Total	721.151	44.570	765.721	725.488

07 – Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Centralização Financeira - Cooperativas (*)	2.317	103.324
Total	2.317	103.324

(*) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto a UNICRED DO BRASIL, conforme determinado no art. 23, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

08 – Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Total em	Total da Provisão em	Total em	Total da Provisão em
				30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
A	0,50%	Normal	7.673	7.673	(38)	2.071	(10)
B	1%	Normal	-	-	-	7.217	(72)
Total Normal			7.673	7.673	-	9.288	(83)
Total Geral			7.673	7.673	-	9.288	(83)
Provisões (-)			-	-	-	(83)	
Total Líquido			7.673	7.673	(38)	9.205	

* Em operações de crédito, a carteira é composta por empréstimos/direitos creditórios descontados e estão contidos os valores das operações renegociadas.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	30/06/2017
Empréstimos	1.245	2.091	4.337	7.673
Total	1.245	2.091	4.337	7.673

Obs.: A Cooperativa não possui adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto e atividade econômica:

Setor	30/06/2017		30/06/2016
	Empréstimo e Financiamento	Total da Carteira	Total da Carteira
Cooperativas de Créditos Filiadas	7.673	7.673	9.205
Total	7.673	7.673	9.205

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	(82)	(156)
Constituições/Reversões no período	82	156
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	(38)	(82)
Total	(38)	(82)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	30/06/2017	% Carteira Total	30/06/2016	% Carteira Total
Maior devedor	3.135	41	6.937	75
Total dos devedores (*)	7.673	100	9.205	100

(*) A Central Sicoob Unimais possui nove afiliadas.

f) Créditos baixados como prejuízo, renegociados e recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III:

Em 30/06/2017 e 30/06/2016 não existem títulos Baixados para prejuízos.

09 – Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Devedores por depósitos em garantia (a)	-	899	899	872
Devedores diversos (b)	1.430	-	1.430	1.504
Total	1.430	899	2.329	2.376

(a) Em devedores por depósito em garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre atos cooperativos (R\$ 899);

(b) Em devedores diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Devedores Diversos	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total

Adiantamentos e antecipações salariais	101	-	101	90
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (a)	1	-	1	1
Adiantamento por conta de Imobilizações	20	-	20	14
Devedores diversos - país (b)	1.308	-	1.308	1.399
Total	1.430	-	1.430	1.504

(a) Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a adiantamento para viagem.

(b) A conta devedores diversos, está assim composta:

Devedores Diversos - País	30/06/2017	30/06/2016
Pendências a regularizar	50	3
Outros devedores (a)	1.258	1.396
Total	1.308	1.399

(a) Refere-se a Compensações da Unicred do Brasil no valor de R\$ 653, rateio de despesas a ser cobrado das singulares no valor de R\$ 591 e despesas antecipadas para eventos no valor de R\$ 14.

10 – Outros valores e bens

Em 30/06/2017 e 30/06/2016 não existem Bens Não de Uso Próprio

Despesas Antecipadas	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Prêmios de seguros	2	-	2	-
Aluguéis	90	-	90	-
Vale Transporte	3	-	3	-
Outros	16	-	16	31
Total	111	-	111	31

11 – Permanente

a) Investimentos

O saldo é representado por quotas da Unicred do Brasil e Confederação Sicoob e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	30/06/2017	30/06/2016
Unicred do Brasil	8.677	11.671
Confederação Sicoob	597	-
Unicred Seguros	61	61
Bancoob	5.729	-
Cnac	29	15
Total	15.093	11.747

b) Imobilizações de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	30/06/2017			30/06/2016	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total líquido	Total líquido	
Edificações	250	(213)	37	47	4%
Instalações	680	(677)	3	5	10%
Móveis e equipamentos de uso	255	(157)	98	120	10%
Sistema de comunicação	9	(5)	4	2	10%
Sistema de processamento de dados	536	(425)	111	109	20%
Sistema de segurança	5	(4)	1	2	10%
Total	1.735	(1.481)	254	285	-

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

c) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Intangível	30/06/2017			30/06/2016	Taxas anuais de amortização %
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total líquido	Total líquido	
Outros ativos intangíveis	646	(517)	129	168	20%
Total	646	(517)	129	168	

12 – Obrigações por repasses interfinanceiros

a) Composição das operações segregadas por tipo de relações interfinanceiras - depósitos das Cooperativas filiadas.

Descrição	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Obrigações por Repasses Interfinanceiros	794.377	-	794.377	859.757
Total	794.377	-	794.377	859.757

Nesta rubrica registram-se valores de cheques e outros papéis girados contra a instituição, apresentados por participantes de sistemas de liquidação (R\$ 45), e sobras de caixa das cooperativas filiadas, decorrentes do ato cooperativo denominado centralização financeira (R\$ 794.332).

b) Concentração dos principais aplicadores:

Descrição	30/06/2017	% Carteira Total	30/06/2016	% Carteira Total
Maior Aplicador	244.319	31	333.194	39
Total de aplicadores (*)	794.332	100	859.757	100

(*) A Central Sicoob Unimais, possui nove afiliadas.

13 – Obrigações sociais e estatutárias

Descrição	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total

FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	14	-	14	7
Fundo Garantido de Depósitos	-	-	-	2.752
Cotas de capital a pagar (b)	128	64	192	320
Total	142	64	206	3.079

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) As cotas de capital refere-se ao capital de ex-associadas, que estão sendo restituídas conforme decisão da AGO.

14 – Obrigações fiscais e previdenciárias			
Descrição	30/06/2017		30/06/2016
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros	45		6
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	47		16
Impostos e contribuições s/ salários	193		154
Total	285		176

15 – Outras obrigações

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Devedores diversos - país (a)	6.142	241	6.383	1.119
Total	6.142	241	6.383	1.119

(a) A conta devedores diversos - país, está assim composta:

Devedores Diversos - País	30/06/2017		30/06/2016
Provisão para Pagamentos a Efetuar	534		555
Provisão para contingências	241		265
Provisão para garantias financeiras prestadas	1		-
Outros Devedores (a)	5.607		299
Total	6.383		1.119

(a) Do montante de R\$ 5.607, o valor de R\$ 4.928 refere-se a reclassificação indevida em função de importação de dados da Confederação Unicred do Brasil na conta corrente de uma cooperativa desfilada gerando a pendência. No mês seguinte houve a regularização.

16 – Provisões para contingências

Considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação dos assessores jurídicos, a Cooperativa, para fazer face às perdas prováveis de demandas administrativas e judiciais, mantém provisão para contingências, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis a Cooperativa apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
-----------	------------	------------

Contingências tributárias	241	265
(-) Depósitos judiciais	(241)	(265)
Total	-	-

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica depósitos em garantia.

17 – Instrumentos financeiros

O Sicoob Unimais opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18 – Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital social	29.814	26.413

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Total de associados	9	9

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

(c) Reserva de Expansão

A Reserva de Expansão criada para cobertura de gastos com reforma da sede.

19 – Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
De Operações de Crédito	539	1.178
De Operações de Arrendamento Mercantil	38.428	60.834
Total	38.967	62.012

20 – Transações com partes relacionadas

a) Considerando que a Cooperativa é uma Central, diversas operações são realizadas exclusivamente com suas associadas (cooperativas singulares)

Transação	30/06/2017	30/06/2016	RECEITAS/2017	RECEITAS/2016
Operações de Crédito	7.635	9.205	539	1.178
Repasses interfinanceiros	2.317	103.324	3.599	5.900
Valores a Receber	30/06/2017	30/06/2016	REC./DESP./2017	REC./DESP./2016
Rateio/Alocação Filiadas	-	-	4.168	4.051
Centralização Fiançeira	794.332	858.653	(40.952)	(61.070)
Patrimônio Líquido			30/06/2017	30/06/2016
Capital Social			29.814	26.413
b) Entidades Relacionadas				
Transação				
Ativos			30/06/2017	30/06/2016
Títulos e valores mobiliários			93.188	70.304
Receitas			30/06/2017	30/06/2016
Títulos e valores mobiliários			5.340	5.217

(c) No primeiro semestre de 2017, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Honorários	(406)	(507)
Cédulas de Presença	(153)	(87)
Plano de saúde	(126)	(134)

21 – Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de junho de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 180.000 (31/12/2016 - R\$ 180.000), referente a Carta Fiança para a Cooperativa Sicoob Unimais Metropolitana, CNPJ 00.259.231/0001-14.

22 – Seguros contratados - não auditado

A cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores externos.

Em 30 de junho de 2017, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	30/06/2017
Seguro patrimonial	191

23 – Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 17.665.930, em 30 de junho de 2017.

24 – Contingências passivas

Segundo a assessoria jurídica da SICOOB UNIMAIS, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificadas como perdas possíveis os processos cíveis que perfaz o total R\$ 9.200 e tributário R\$ 232.215.

25 – Gerenciamento de risco e de capital

25.1 – Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional do SicoobUnimais objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão d riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

O processo de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas na Cooperativa sob a supervisão do Sicoob Confederação.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

25.2 – Risco de mercado e liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SicoobUnimais objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão de riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Bancoob, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

25.3 – Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de a contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade de crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SicoobUnimais objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SicoobUnimais aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Bancoob, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SicoobUnimais possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 – Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SicoobUnimais objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SicoobUnimais aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob; e
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

São Paulo, 30 de junho de 2017.

Dr. Armando Lazzaris Fornari
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Felipe Magalhães Bastos
Vice - Presidente do Conselho de Administração

Hugo Rodrigues Ferreira
Diretor Executivo Administrativo

Nilso Candido de Carvalho
Contador (a)
CRC: 1SP 146712/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Diretores e Associados da

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS - CNPJ Nº 73.085.573/0001-39 – NIRE Nº 354.000.239-37.

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS** relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, juntamente com as notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Cooperativa durante o semestre findo.
2. Nossa missão é expressar nossa opinião aos cooperados e ao público em geral sobre todas as operações realizadas pela Cooperativa registradas nas demonstrações contábeis citadas em conformidade com o artigo 56 da Lei 5.764/71.
3. Na opinião deste Conselho, as demonstrações contábeis acima referidas lidas em conjunto com as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa, em 30 de junho de 2017 e as deliberações do Conselho de Administração e Diretoria Executiva foram tomadas no estrito interesse dos Associados.
4. As demonstrações contábeis analisadas foram auditadas pela empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

São Paulo, 03 de Outubro de 2017.

Dr. Edemilson Cavalheiro
Coordenador do Conselho Fiscal

Dr. Luiz Eduardo Volpato
Conselheiro Fiscal Efetivo

Dr. José Antonio Fernandes Miguel
Conselheiro Fiscal Efetivo